



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 002/2011
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e onze, às 09:36 (nove horas e trinta e seis
8 minutos) teve início na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a
9 ducentésima nonagésima segunda reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os
10 conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adeldo Rohr como Secretário. Estiveram
11 presentes os conselheiros titulares, Alexandre Dias Abreu, Alexandre Salgado Marder, Francisco
12 José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da
13 Cunha, Marisa Ney Santos de Pinho, Mário Fernando Antônio da Silva, Pedro Luis da Silva
14 Vargas, Pedro Luís Martins, e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, Fátima Regina
15 Carlos Saikoski, Silvia Helena Tremarin Seelig, Manuel Roberto Escobar e João Antônio Bretanha
16 Santos. A reunião contou ainda com a presença do chefe da UCON/PREVIMPA, Contador Carlos
17 Leandro Ransan. Aberta a sessão, foi feita a leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada, e
18 na seqüência, passou-se aos informes. O conselheiro Mário comentou a aprovação pela CMPA, na
19 quarta-feira passada, dia 23/02/2011, do convênio do Município com o IPÊ Saúde. Disse tratar-se
20 de uma luta antiga dos servidores e que o convênio entrará em vigor 180 dias após a aprovação,
21 sendo que será criada uma comissão paritária, formada pelo SIMPA, Governo e AFM, para a
22 formalização do convênio. O conselheiro Adeldo comentou matéria veiculada no site da ABIPEM,
23 no dia 28/02/2011, afirmações do Senador Armando Monteiro, Ex-presidente da Confederação
24 Nacional das Indústrias (CNI), sobre o custo previdenciário, principalmente no setor público,
25 sinalizando reforma na previdência. O conselheiro Vargas mencionou pesquisa do Instituto de
26 Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do ano de 2008, cujos dados apresentados indicam que a
27 probabilidade de morrer antes dos 65 anos de idade, é alta no Brasil. Ponderou que hoje se fala em
28 reformas que virão em prejuízo ao trabalhador, justamente porque há a expectativa de que se viverá
29 mais, no entanto, os jovens de agora, provavelmente, não chegarão aos 60 anos, pelas dificuldades
30 de se sobreviver num país subdesenvolvido como o nosso. O conselheiro Adeldo comentou que não
31 há consenso de que as estatísticas sejam o retrato fiel da realidade, haja vista que muitos autores
32 contestam os dados que são apresentados, que em sua maioria são oriundos de recursos assistenciais
33 e utilizados como dados previdenciários. Passou-se na seqüência ao primeiro ponto da pauta do dia,
34 relatório da Comissão composta pelos conselheiros, Sérgio Luiz Brum, Mário Fernando Antônio da
35 Silva e Manuel Roberto Escobar, sobre o Balanço – Exercício 2010, do PREVIMPA. O conselheiro
36 Sérgio Brum fez a leitura do relatório. O relatório concluiu que as demonstrações contábeis e
37 financeiras do PREVIMPA indicam a lisura e espelham a realidade da Entidade Previdenciária e
38 teceu cinco recomendações para o aperfeiçoamento da entidade. Foi aberto espaço para a discussão
39 do relatório. Foram discutidos os seguintes assuntos apontados no item recomendações do relatório:
40 as despesas de custeio do RPPS, a nomenclatura da conta relativa ao pagamento de benefícios, a
41 compra de equipamentos de informática, o programa de atendimento ao segurado e os ajustes
42 contábeis. Passou-se a palavra ao Contador Carlos Leandro Ransan, chefe da UCON/PREVIMPA.
43 Explicou que o aumento das despesas de custeio está relacionada ao trabalho da ASSEPLA e da
44 UCON do PREVIMPA, que durante a distribuição dos recursos no orçamento do Município sempre
45 lutam por um aumento nas dotações orçamentárias destinadas a esta Autarquia visando melhorar a
46 qualidade dos móveis e equipamentos, bem como, investir na qualificação do quadro funcional.
47 Destacou que o aumento da despesa com o custeio do PREVIMPA não foi significativo em relação
48 ao exercício anterior, passando de 2,39% do total da despesa em 2009 para 2,44% em 2010. Quanto
49 à depreciação dos móveis e equipamentos do PREVIMPA, disse ser necessário a reavaliação dos

50 bens com laudo técnico emitido por profissional capacitado para tal, conforme a legislação. Desta
51 maneira teremos uma posição mais atualizada quanto ao valor do patrimônio do PREVIMPA,
52 propiciando que seja ajustado o valor da depreciação à vida útil de cada bem, que será apontada por
53 laudo técnico. O fato de que os benefícios previdenciários estarem classificados dentro do grupo de
54 Outras Despesas Correntes, se deve às normas contábeis vigentes há vários anos. Estas normas
55 estão passando por reformulações e serão profundamente alteradas nos próximos anos. A Secretaria
56 do Tesouro Nacional está trabalhando na convergência das normas brasileiras de contabilidade
57 pública às normas internacionais, o objetivo é uma padronização a nível mundial dos
58 demonstrativos contábeis. A questão dos procedimentos de baixa dos valores de R\$ 707.610,11 e
59 R\$ 469.346,37, justifica-se pelo consenso de que a taxa de administração compõem o valor
60 repassado a título de contribuição patronal, fato reconhecido inclusive pelo Ministério da
61 Previdência Social, em bibliografia distribuída aos RPPS. A conselheira Silvia disse que em relação
62 às despesas de custeio, que teve um aumento em comparação com o percentual apurado em 2009,
63 2,39% do total de despesas, para 2,44% em 2010, indicam a preocupação do PREVIMPA em bem
64 administrar o Departamento. Já o atendimento ao segurado deve ser valorizado, salientando que o
65 PREVIMPA não é só para pagamento de aposentadoria e pensão. O conselheiro Manuel explicou
66 que fez parte da Comissão para subsidiar os conselheiros a fim de agilizar as informações
67 necessárias e que o Conselho Fiscal aprovou o Balanço do PREVIMPA sem ressalvas. O
68 conselheiro Adeldo comentou que com a diminuição do ingresso de servidores, a tendência é de que
69 o índice de 2,44% aumente, haja vista que muitos servidores estão se aposentando. Em relação aos
70 equipamentos de informática, disse que boa parte deles foram substituídos nos últimos três anos, e
71 que terão vida útil de uns quatro ou cinco anos, exceto os da área financeira que faz o controle das
72 aplicações, que deverão ser renovados anualmente, frente às exigências do mercado e atualizações
73 tecnológicas. Foi proposto ao presidente destacar as recomendações do relatório e submeter cada
74 item à votação do Colegiado pela permanência ou não no relatório. Foram votados os seguintes
75 destaques: *“É importante reduzir as despesas de custeio para valor inferior aos 2,44% da despesa.”*
76 O destaque foi retirado por unanimidade dos conselheiros. *“Verificar a possibilidade de substituir o
77 título “outras despesas correntes”. É inadequado para denominar a conta relativa ao pagamento
78 de benefícios, principal finalidade do PREVIMPA.”* O destaque foi retirado por unanimidade.
79 *“Realizar um estudo mais apurado com relação à depreciação de equipamentos de informática,
80 cuja obsolescência se dá em curto prazo.”* O destaque foi mantido por unanimidade dos
81 conselheiros. *“Redimensionar e reavaliar o “Programa de Atendimento ao Segurado”, investindo
82 valores maiores, visando dar um atendimento personalizado a domicílio, principalmente a
83 pensionistas, por ocasião da morte do segurado.”* O conselheiro Brum argumentou que o valor
84 gasto na área de atendimento é pequeno e deveria ser investido mais, cabendo ao PREVIMPA
85 facilitar o máximo possível o acesso aos benefícios e salientou que o Departamento deve optar pelo
86 acolhimento de seus segurados, nos moldes de Associações que por ocasião de morte vão até o
87 domicílio do segurado, procurando facilitar à família os tramites relativos à concessão de
88 benefícios. Em relação ao atendimento a domicílio o conselheiro Pedro Luís Martins explicou que,
89 em que pesem os relevantes serviços prestados pelas entidades de classe aos dependentes de seus
90 associados no momento de seu passamento, nesse aspecto, o PREVIMPA, por ser uma autarquia, ou
91 seja, pessoa jurídica de direito público, não pode se equiparar, visto que, toda a sua atuação vem
92 limitada pelos princípios que regem a administração pública (publicidade, legalidade,
93 impessoalidade, moralidade e eficiência). Asseverou que essa peculiaridade não deve ser entendida
94 como estorvo ou entrave à prestação esmerada do serviço público necessário aos segurados e seus
95 dependentes, mas, são justamente esses princípios que garantem esse resultado, pois impossibilitam
96 que se utilize a máquina pública em favorecimento pessoal. Destaca que o atendimento aos
97 segurados e seus dependentes já está estruturado no PREVIMPA e vem obtendo uma avaliação
98 positiva destes. Explica que o benefício previdenciário pode ser classificado como um direito a
99 algo, o que resulta ao titular desse direito uma pretensão a ser apresentada à pessoa obrigada, nesse
100 caso, por disposição legal, a prestá-lo. Neste contexto, o titular da pretensão deverá provocar o
101 responsável legal para que a preste, desde que atendidos os requisitos normativos. Diante desta

102 peculiaridade da administração pública, não cabe ao PREVIMPA, a não ser em situações
103 excepcionais, que vem sendo contempladas pelo atendimento, procurar o suposto pretendente a
104 benefício previdenciário para oferecer-lhe esse. As situações excepcionais que levam a Autarquia a
105 adotar uma postura pró-ativa estão relacionadas à proteção da criança, do adolescente, do idoso e
106 das pessoas portadoras de necessidades especiais, nos parâmetros estabelecidos pela Constituição da
107 República Federativa do Brasil. Expõe que, diante desse estado de coisas, do seu ponto de vista, a
108 recomendação proposta já vem sendo atendida e, assim, perdeu o seu objeto. O conselheiro Brum
109 afirmou que lamenta a posição manifestada pelo conselheiro Pedro, uma vez que no seu
110 entendimento representa uma postura conservadora, incompatível com um órgão que foi criado pela
111 luta dos servidores e, portanto, com características diferenciadas dos demais órgãos da
112 Administração. Também, que essas posturas conservadoras são hoje criticadas pela população, que
113 exige atendimento semelhante ao oferecido por empresas privadas aos seus clientes, dando
114 qualidade ao atendimento. Que posturas assim levam cada vez mais à terceirização de serviços no
115 setor público, resultando na desvalorização do trabalho do servidor. Na votação do destaque restou
116 seis votos pela permanência e sete votos pela retirada da recomendação. O último destaque a ser
117 votado, “*Realizar análise jurídica que resulte em ato legal que ordene os ajustes contábeis*
118 *procedidos, dando baixa nos valores de R\$ 707.610,11 e R\$ 469.346,37. A auditoria realizada pelo*
119 *MPS em 2009, não apontando os valores como dívida, não é fundamento suficiente no nosso*
120 *entendimento.*”, foi retirado por unanimidade. O presidente colocou em votação o relatório da
121 Comissão sobre o Balanço do PREVIMPA – Exercício 2010, com a seguinte recomendação:
122 realizar um estudo apurado com relação a depreciação de equipamentos de informática, cuja
123 obsolescência se dá em curto prazo. O relatório foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros
124 presentes. Frente ao adiantado da hora, o presidente prorrogou a sessão por mais meia hora. Foi
125 distribuído para parecer o processo nº 009.000423.10.6, que versa sobre o Projeto do Arquivo
126 Digitalizado. O conselheiro Sérgio Luiz Brum fará o relatório que será apreciado na próxima sessão
127 do Conselho. Passou-se ao segundo item da pauta, relatório sobre o processo nº 009.004016.10.6,
128 assunto: contratação de prestação de serviços técnicos atuariais e o Demonstrativo de Resultado da
129 Avaliação Atuarial- DRAA, relator, conselheiro Adelto Rohr. O relatório apontou que o pregão
130 eletrônico contou com oito interessados e que resultou vencedora a empresa CSM Consultoria e
131 Seguridade Municipal Sociedade Simples –EPP, com o valor arrematado de R\$ 10.520,00 (dez mil,
132 quinhentos e vinte reais), e que o processo atende os requisitos legais para prosseguimento de sua
133 tramitação, estando em condições de ser homologado o resultado e a contratação da vencedora para
134 a prestação de serviços técnicos atuariais e o DRAA, e sugeriu a aprovação da proposição. Não
135 havendo questionamentos, o relatório foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade.
136 Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião às 12:00h (doze horas) e foi lavrada a
137 presente Ata que vai assinada por mim Adelto Rohr, conselheiro/secretário de mesa e pelos demais
138 presentes.

139
140
141

142 Sérgio Luiz Brum – Presidente

Adelto Rohr - Secretário

143
144
145
146
147

148 Alexandre Dias Abreu

Luiz Fernando Rigotti

149
150
151
152

153		
154	Marilena Ruschel da Cunha	Francisco José Menezes da Silva
155		
156		
157		
158		
159		
160	Silvia Helena Tremarin Seelig	Pedro Luis da Silva Vargas
161		
162		
163		
164		
165		
166	Marisa Ney Santos de Pinho	Pedro Luís Martins
167		
168		
169		
170		
171		
172	Manuel Roberto Escobar	Gilmar Cardozo dos Santos
173		
174		
175		
176		
177		
178	João Antônio Bretanha Santos	Mário Fernando Antônio da Silva
179		
180		
181		
182		
183		
184	Etel dos Santos Lopes	Fátima Regina Carlos Saikoski
185		
186		
187		
188		
189		
190	Alexandre salgado Marder	
191		
192		
193		
194		
195		
196		
197		
198		
199		
200		
201		
202		